

É no domínio da sustentabilidade que vai haver uma “grande revolução” no mercado de trabalho

23 de Junho, 2021

Foi apresentado esta terça-feira, 22 de junho, o “Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho”. Na sessão de abertura, João Pedro Matos Fernandes, ministro do Ambiente e da Ação Climática, referiu não ter dúvidas de que o futuro do trabalho vai ser verde, mas não é por causa da cor do livro: “Cada vez mais, o crescimento da economia vai basear-se em investimentos que farão a economia crescer e que tem tudo a ver com a sustentabilidade”.

Olhando às tendências, Matos Fernandes lembra que a probabilidade da população crescer é cada vez maior: “Somos 7 mil milhões na terra e vamos ser 10 mil milhões em 2050: a economia tem que crescer para, pelo menos, gerar o mesmo bem-estar que hoje temos”. No entanto, é impossível que cresça da forma como cresceu no passado: “A terra tem limites”, alerta. Por isso, defende o ministro, “o futuro deve ser projetado de forma totalmente diferente do passado” em duas questões: “Em primeiro lugar, tem de ser uma economia neutra em carbono; e, em segundo lugar, tem que regenerar recursos”.

Contudo, esta projeção diferente, obriga a mudanças múltiplas: “Só para o caso português, estamos a falar de reduzir 85% as emissões comparativamente ao ano de 2005, representando um investimento de dois mil milhões de euros por ano”. Deste investimento, precisa Matos Fernandes, a componente pública não é mais de 15%. “Ou seja, é este investimento que vai provocar um crescimento na economia com ganhos na geração da riqueza, na redução de emissão e na melhoria de condições ambientais na nossa casa comum”.

Relativamente aos recursos, o chefe da pasta do Ambiente reforça a importância de se “abandonar a ideia do descartável” ou de que “vamos ter sempre matérias-primas baratas para poder satisfazer os nossos desejos sociais, humanos e económicos”. Por isso, defende o ministro, é tão importante transitar de uma economia que “extraí, transforma, transporta, usa e descarta” para uma “economia circular: onde aquilo que hoje são resíduos transformam-se em produtos”. Para o ministro, esta nova perspetiva de uma “economia neutra em carbono e independente” e de “circularidade” relativamente aos bens materiais, segundo o ministro, vai provocar uma “revolução no trabalho” a diversos níveis de formação e qualificação: “Não estou só a falar da digitalização ou da engenharia, mas sim de profissões diversas”. Aliás, se o foco é produzir produtos que “durem mais” e que “sejam passíveis de serem reparáveis”, as “competências técnicas de quem vai compor um aquecedor ou uma torradeira são muito mais exigentes do que aquelas de quem vende essa torradeira ou esse aquecedor”, exemplifica, reforçando a importância de se “abandonar” a “frase sinistra: é melhor deitar fora e comprar novo do que mandar reparar”. Assim, a “nova revolução”, que já existe e que continuará a existir nos materiais, no consumo ou na produção de eletricidade, é mesmo criadora de emprego de forma transversal no país:

“Hoje, em Portugal, associado à produção de eletricidade a partir de fontes renováveis já há 9 mil empregos”. Também o “Programa de apoio a edifícios mais sustentáveis”, integrado na “Vaga da Renovação” que é essencial para a “melhoria das condições de conforto” e “condições energéticas” dos edifícios, assume-se, também, de grande relevância na “criação de emprego”, destaca. João Pedro Matos Fernandes acredita que os “grandes investimentos” alinhados com o “compromisso europeu” e com a “necessidade mundial de sobrevivência da espécie humana” tem que ver com a “sustentabilidade: é muito no domínio da sustentabilidade que vai haver uma grande revolução no mercado de trabalho”.

Associada à transição para uma economia verde está claramente a transição digital: “É impossível haver sistemas de acompanhamento e controle de materiais eficientes se não tivermos sistemas de blockchain a funcionar. É impensável podermos ter sistemas de otimização na utilização energia se não houver uma crescente oferta de software e sistemas que nos permita fazer este acompanhamento”, exemplifica. Desta forma, as exigências de qualificação serão também maiores: “Muitos cursos superiores diferentes vão mesmo ter que aprender de outra forma”. Aliás, sustenta o ministro do Ambiente, “não podem os economistas achar que a palavra ‘externalidade’ lhes resolve o problema, quando deixa a nú aquilo que são as consequências no ambiente e nos ecossistemas; não podem os juristas considerar que os crimes ambientais são menores, quando comparados com os crimes de propriedade; e não podem os engenheiros continuar a colocar materiais no mercado pela simples razão de serem mais leves, baratos e úteis, se não se souber o que vai acontecer a esses materiais, quando acabarem o seu uso”.

Se o ambiente e a sustentabilidade são uma “componente chave da economia”, Matos Fernandes reitera pela importância que os mesmos “não podem deixar de ser, também, um empurrão para uma sociedade de trabalhadores mais exigentes e mais qualificados” ou, então, reconhecer que o “Livro Verde” reflete bem as “necessidade de qualificação” importantes para que Portugal, hoje líder nesta transição, não fique para trás por falta de mão-de- obra e qualificada: “Não sentimos isso e não estimamos vir a sentir isso”, afinha.